

Notações

[...] Palavra ou período inaudíveis

[palavra] palavra(s) ou nome(s) ou título(s) a serem confirmados ou corrigidos

[imagem] figuras, transparências, desenhos que foram exibidos durante a exposição (por vezes é uma figura só, mas que foi comentada mais de uma vez. Pela transcrição da fita, não dá para saber se foi isso ou se as figuras mudaram)

... frase não terminada

MAST COLLOQUIA

HISTÓRIA E MEMÓRIA

Afonso Carlos Marques Dos Santos

(IFCS/UFRJ)

5 de Maio de 1998

Alfredo Tolmasquin: - Vamos iniciar mais uma série do *Mast Colloquia*. Este é o terceiro ano que realizamos esta série de palestras. No primeiro ano, trabalhamos com a memória da física e com a educação matemática. Conseguimos recolher, basicamente dos cientistas, depoimentos sobre suas atividades nessas suas áreas de conhecimento.

Este ano, nós resolvemos mudar um pouco e trazer pessoas que já discutam conosco, de uma forma mais conceitual, a relação entre memória e história, buscando, sempre que possível, fazer um laço com a questão da história da ciência, da memória científica, que é a vocação de atividade do Museu de Astronomia. Vamos pensar como podemos relacionar a atividade que desenvolvemos aqui, como centro de documentação, local que guarda, organiza e preserva a memória científica e um local que desenvolve pesquisa em história da ciência. Como relacionar a pesquisa com essa documentação?

A meu ver, estamos abrindo com chave de ouro, com a presença do Afonso Marques, professor titular da UFRJ, chefe de pós-graduação do departamento de História da UFRJ, que foi diretor do Departamento de Cultura do Município. Participou também do Conselho de Patrimônio Histórico do Município.

ARQ
ex 1
n. 13

Afonso Marques: –Tenho a impressão de que o convite me foi feito porque, em alguns momentos do meu trabalho, da minha produção, andei pensando a relação entre memória e história.

Trabalho com uma disciplina nos cursos de graduação, com um campo chamado "teoria e metodologia da história". Alguns até poderiam dizer: "o que é isso? Existe uma epistemologia da história para que os departamentos de história tenham um setor destinado a pensar a história do ponto de vista teórico?" Isso de fato não é muito antigo entre nós. Os cursos de história possuem geralmente disciplinas de introdução aos estudos históricos, eventualmente uma disciplina de teoria da história, eventualmente uma disciplina que antigamente se chamava métodos e técnicas de pesquisa em história. Mas, na verdade, a preocupação com uma área específica que, na formação dos historiadores, pensasse a história no ponto de vista da metodologia, mas também do constructo teórico, também do ponto de vista da base epistêmica, da base epistemológica, da área de conhecimento, e também um setor destinado a pensar a historiografia como prática de pesquisa de historiadores, é algo entre nós recente.

Eu diria que não é recente apenas no Brasil, é recente de um modo geral nas diversas experiências historiográficas internacionais. Talvez seja exatamente um dos traços da história dos nossos dias, o pensar a constituição do campo de conhecimento e o pensar a história como objeto da própria história. Essa consciência historiográfica é mais recente do que a própria consciência histórica. E que, por sua vez, não é tão antiga como muitas vezes se supõe.

A noção de uma área de conhecimento em que esse tipo de conhecimento possa ser ensinado e apreendido, na verdade, é do século XIX, quando a história se transforma em disciplina universitária. Portanto, é muito nova. Ela é muito recente nesse sentido, embora, como tentativa de conter a experiência histórica da humanidade, ela seja muito antiga. E, poderíamos remontar, no caso da experiência ocidental, à experiência dos gregos. Mas no caso disso que entendemos como história, ela está muito marcada pelo século XIX e marcada pelas temáticas do século XIX.

Todos conhecem o papel que teve, no século XX, a *École des Annales*, na França, a partir da década de 1920, e que fez aquilo que um historiador de língua inglesa chamou de "a revolução francesa da história". E contra o que ela se revoltava? Contra o que ela combatia? Na verdade, os parâmetros construídos pelo século XIX, aquilo que, na verdade, fundamentou e definiu o campo de conhecimento não apenas como um campo de erudição, mas como um campo de exercício crítico.

A história herdada do século XIX traz a experiência do rigor crítico, traz a experiência do rigor com a documentação, construindo aquela célebre afirmação de que se não há documento não há história. Os *Annales* revolucionam o início do século XX, a historiografia ocidental, e não apenas a francesa.

Agora está em moda – muita gente que não conhece nem a historiografia alemã nem a anglo-saxã – dizer que somos muito franceses do ponto de vista da construção historiográfica, sem saber muitas vezes que essa opção se deu por uma tradição que freqüentemente negou o empiricismo inglês ou o historicismo alemão. No nosso caso, fomos muito marcados por essa revolução, digamos, historiográfica provocada pelos franceses, que discutiram, a partir da École dos *Annales*, os parâmetros dessa área de conhecimento, para negar, na verdade, aquela história do Estado, da política, das relações interestatais, da chamada história das relações internacionais, considerada por eles um campo bastante antiquado e que acabava numa história da diplomacia, que acabava nas histórias das personalidades, das individualidades e tal.

Os *Annales*, nesse processo de revolução, introduzem a historiografia do século XX na vida social, no seu sentido mais amplo. Muito daquilo que hoje aparece como novidade no campo da historiografia contemporânea foi inaugurado por eles. A idéia de pensar em estudar a mentalidade coletiva, estudar as estruturas econômicas e sociais, estudar a demografia, entender a sociedade num sentido plural, e não no sentido singular.

Obviamente os *Annales* dialogavam com uma outra experiência que vinha do século XIX, que não produziu propriamente uma historiografia no século XIX, mas que vai influenciar o olhar para o passado, para a história, que foi a experiência marxista. Os *Annales* dialogaram com a base econômica que o marxismo trazia, dialogaram com a questão das relações sociais como base para o entendimento da história humana.

Nós vivemos um momento muito específico na produção historiográfica internacional, e que corresponde também à quebra de alguns parâmetros na área ou nos diversos campos das ciências sociais: a ausência, digamos, de um paradigma forte, a ausência de modelos, digamos assim, confiáveis e que dessem uma certa noção de certeza. As ciências sociais durante muito tempo buscaram a aproximação com as ciências exatas, buscaram amarrações ou formas de definir o seu campo de atuação aproximando-se quase que da matemática. Em alguns momentos, tentou-se quantificar, como forma de aproximar da verdade, ou de uma verdade mais palpável, de uma verdade mais material.

E vivemos, nesse momento, de fato, uma fragmentação da pesquisa histórica. A noção de totalidade herdada tanto dos *Annales* quanto das ambições do próprio marxismo, essas ambições totalizantes, estão em crise. Um traço fundamental da relação com a história hoje se dá por aí. Houve uma emergência das particularidades temáticas que correspondiam às próprias transformações do século, por exemplo, a história da mulher hoje ocupa um espaço enorme na produção historiográfica contemporânea, a chamada história de gênero. A história da família, da criança, a história social percebida na intimidade, percebida na vida privada, ela invadiu a pesquisa histórica.

Há naturalmente aqueles que são nostálgicos da história do Estado, da história de uma totalidade mais abrangente. Nada disso hoje é mais novidade. Chegamos ao final do século com todas essas possibilidades de estudo legitimadas nos centros acadêmicos internacionais, com o fato de que a história não tem mais um personagem, não tem mais um único núcleo de inteligibilidade, mas pode ser trabalhada em todos os campos, em todos os setores da experiência humana. Portanto, ela tanto pode abranger a história das relações entre os Estados, a história política institucional, como a biografia dos indivíduos, e não apenas dos indivíduos considerados figuras públicas, mas dos indivíduos dos mais anônimos.

São as experiências de **Carlo Guinsburg**, buscando a particularidade da existência de pessoas que, se não tivessem sido processadas um dia na vida, ou perseguidas por um processo repressivo, não teriam surgido das folhas de uma documentação colocada por muitos no segundo plano. Na verdade há uma busca, aí, de dar historicidade às experiências humanas as mais diversas. E nesse movimento, o tema da memória surge com muita força, mas não no sentido que muitas vezes se dá a ela, da memória como alguma coisa que pode ser resgatada, ou da memória como a configuração de um documento sobre o passado.

Na verdade, há algumas questões a serem colocadas, e vou começar me referindo a um autor francês chamado Pierre Nora, que foi responsável, no caso francês, por um grande trabalho, que hoje é um trabalho modelar e que tem influenciado historiadores nas mais diversas partes do mundo. É uma obra coletiva chamada *Les lieux de memoire*, Os lugares de memória. Eu sempre chamo a atenção para o fato de que, quando ele cunha essa expressão, ele não fala em "les lieux de la memoire", portanto, "em lugares da memória", mas em "les lieux de memoire", "em lugares de memória". O primeiro volume começou a ser publicado em 1984, e a obra foi publicada até a nossa década, até 1994.

Foram dez anos de edição, são sete volumes: o primeiro dedicado à República, depois três volumes dedicados à nação, esse grande constructo do século XIX, e os três últimos volumes dedicados às diversas concepções de França. *La France* é o título desse terceiro bloco, de três grandes volumes. Ele produziu, ao abrir a obra, um texto que ficou clássico para as discussões de memória. Um texto exatamente chamado *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Les lieux de memoire* sofreu agora uma edição mais simplificada, do ponto de vista gráfico, uma edição mais popular, digamos assim. Os sete volumes foram editados em capa dura e são mais caros, e eles estão sendo traduzido agora para o inglês. Os norte-americanos estão publicando, desde o ano passado.

No caso brasileiro, não há qualquer projeção editorial que eu conheça, apenas a tradução desse texto introdutório, que saiu na revista *Projeto História* 10, da PUC de São Paulo. Essa obra já existe em diversas bibliotecas brasileiras, é bastante consultada. Pierre Nora parte exatamente do problema que seria o fim da memória. Quando ele abre o seu texto, logo na primeira parte, no segundo parágrafo, ele diz: "Há locais de memória porque não há mais meios de memória". Ele parte, naturalmente, de uma reflexão que alguns acusam de ser muito francesa, muito centrada na experiência histórica francesa, e parte dessa discussão inicial, sobre se ainda há, na sociedade contemporânea, lugar para a memória. Ele toma uma questão inicial que é da aceleração da história, da história contemporânea, dessa história que se chamou inicialmente de história imediata, nos anos 70, e que hoje chama-se história do tempo presente, voltando a um debate que já aparecia em Benedetto Croce, que aparecia em autores que colocavam a importância do presente para pensar a história. Croce chegava a dizer que toda história era contemporânea, à medida que a história era escrita por aqueles que viviam no presente.

Eu vou partir aqui de um texto, de um parágrafo desse texto, *Entre memória e História*. Essa passagem eu também poderia dizer que hoje é clássica, porque é onde ele estabelece algumas diferenças. Ele parte exatamente dizendo:

Memória e história. Longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido ela está em permanente evolução. Aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente eterno. A história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam. Ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado. A história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória

emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como **Holbwach** o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto, e a história só conhece o relativo.

Ao mesmo tempo que Nora estava elaborando essa montagem em torno da memória, um historiador judaico chamado Yossef Yerushalmi publicava um livro chamado *Zakhor*, quer dizer, "Lembrança", discutindo a questão da história judaica e da memória judaica. Ele dizia: "a palavra hebraica '*Zakhor*', 'lembrança', apregoa meu tema indefinível. A memória é sempre problemática, normalmente é enganosa, algumas vezes traiçoeira. Proust sabia disso, e o leitor inglês é privado de toda a força contida no título de sua obra, não suave e tranquilizador." Porque ele diz que, na tradução inglesa, o título aparece como *Lembranças de coisas passadas*, e não *Em busca do tempo perdido*. Ele diz que isso surge como uma busca, inicialmente, mas não aparece a noção da busca sombria e angustiosa de um tempo que se perdeu. Ele vai citar então o caso de um filme do Alain Resnais, ele diz: "no filme de Alain Resnais, a heroína transpirava, no *Ano passado em Mariembad*. Nós mesmos, periodicamente, nos tornamos cientes de que a memória é uma de nossas faculdades mais frágeis e caprichosas."

Num dos textos dessa coletânea sobre a memória, esse historiador diz ainda:

A memória e a historiografia apresentam, por sua própria natureza, relações radicalmente diversas com o passado. A última representa, não uma tentativa de restauração da memória, mas uma espécie de lembrança verdadeiramente nova. Em sua busca de compreensão, traz para o primeiro plano textos, acontecimentos, processos que nunca foram realmente parte da memória coletiva. Mesmo quando esta se encontrava em seu momento mais vigoroso.

Ele está aplicando essa reflexão ao caso da memória judaica. "Com uma energia sem precedentes, recria sem cessar um passado cada vez mais detalhado, cujas formas e texturas a memória não reconhece." A historiografia contemporânea, e, no caso, ele está tratando de uma especificamente. "Mas isso não é tudo, o historiador não vem simplesmente para preencher as lacunas da memória. Permanentemente desafia mesmo aquelas memórias que sobrevivem intactas." Essa afirmação desse historiador nos permite voltar ao Nora. Ele diz: "O historiador permanentemente desafia mesmo aquelas memórias que sobrevivem intactas". A observação de Nora é muito rica, nesse sentido, quando ele marca o compromisso da memória com o passado, passando pela dimensão

afetiva e permanentemente mágica dessa reconstrução que, na verdade, é construção do passado.

Temos às vezes a ilusão de que o trabalho da memória é um trabalho de reconstituição, é um trabalho de reconstrução, porque nós vivemos a ilusão de que o passado é recuperável. Se há alguma coisa da experiência humana que é irrecuperável é o passado, na sua integralidade. O filósofo Ernst Cassirer costumava dizer que o que restava para o historiador era a possibilidade de uma reconstrução ideal, porque todo trabalho histórico parte da idealização de uma possibilidade de compreensão. Portanto, ele não é o trato direto com a experiência humana do passado, mas ele é o trato com os fragmentos, com os vestígios da experiência humana do passado. O que vai dar inteligibilidade ou possibilidade de compreensão a isso é a construção do historiador.

Para muitos que acreditavam que, ao lidar com as representações do passado, ou com a simbólica do passado, estavam lidando com o passado – porque há ainda aqueles que acreditam que a realidade é alguma coisa palpável, materializada, entre nós, algumas leituras da ciência da história faziam com que as pessoas acreditassem que iriam esbarrar a qualquer momento com um modo de produção, esbarrar a qualquer momento com as categorias que foram criadas exatamente como representações, como conceitos que pudessem ajudar a pensar uma realidade cuja apreensão passava por essa recuperação, ou por essa coleta de fragmentos.

Não existe, na verdade, uma questão entre os historiadores idealistas e os historiadores que estariam mais próximos do material e da concretude, porque a ilusão do material e da concretude também é uma ilusão epistemológica de que a realidade seja algo dado, do passado ou do presente, que ela não tenha de passar exatamente por uma construção teórica para ser entendida, para ser abordada. Essa traição dessa objetividade direta já estava proposta nos historiadores dos *Annales*. O próprio Lucien Febvre dizia que eles haviam introduzido o cavalo de Tróia da subjetividade no território da objetividade, quando se passava a exigir para o trabalho do historiador a construção de um problema, como em qualquer trabalho científico, e a construção de hipóteses, de possibilidades interpretativas. Essa questão vai se confundir com os ataques que muitas vezes a chamada nova história, que hoje já não é nova, em função do seu alargamento temático, sofreu por vários anos, como alguma coisa que cuidava do exótico, que cuidava do que estava fora dos interesses centrais.

Daqui a pouco já terão se passado 50 anos do lançamento do livro *História da loucura*, que vem dos anos 50, de Michel Foucault, que na época era censurado por dar à

loucura estatuto de análise histórica, ou possibilidade de análise histórica e filosófica, como um tema que merecesse ser tratado. Alguma coisa que seria secundária, que seria paralela às questões centrais do homem, que passariam pelas condições econômicas e sociais, pelas relações de produção, e em que a loucura seria alguma coisa à margem da sociedade. Hoje em dia já ninguém censuraria um historiador que estivesse fazendo a história de instituições psiquiátricas, ou que estivesse trabalhando com a história da sexualidade, ou qualquer um desses temas.

Mas voltando ao nosso Nora. Ele estabelece uma distinção muito rígida e muito nítida entre os dois campos no trato com o passado. Na verdade, retirando do campo da memória qualquer pretensão de cientificidade, e colocando a memória que pode ser, e é, muito rica para a experiência humana, mas que não é em si o lugar da compreensão. Alguém poderá dizer que a experiência com a memória na literatura é sempre proveitosa para a inteligibilidade humana. Mas não se devem buscar ali as pretensões de compreensão e de inteligibilidade que a história pretende ter. Até porque, imaginem alguém estudar a história do Brasil do século XX pelos livros de Pedro Nava, que eram construções da memória, mas construções da memória a partir da possibilidade clara e aberta de construção ficcional.

Essa é a outra questão que está atravessando o tempo todo essa discussão. A história se permite a ficção? Ela permite o espaço para a imaginação? Para a fabulação? Esse é o ponto central no qual alguns autores contemporâneos que tentam traduzir os dilemas da história do ponto de vista da narrativa, da estilística, ou do ponto de vista da construção do gênero, perdem de vista o fato de que a história se exige como um exercício crítico permanente, e ela continua a ter uma ambição de conquista da verdade. Dessa ambição ela não abre mão, mesmo que seja uma ficção dos historiadores.

Para os historiadores abrir mão da perspectiva do encontro com a verdade seria entregar-se eternamente, ou definitivamente, à perspectiva do ficcionista. Na ficção, é possível recriar o mundo, às vezes de uma forma muito mais rica e interessante para o leitor do que um livro de história, sem os compromissos com as notas de pé de página, a identificação das fontes e a análise rigorosa de fontes que foram efetivamente produzidas no tempo determinado, no local determinado. Essa fronteira é muitas vezes muito tênue.

Nós ainda temos muitas superstições sobre o que é o documento. Ainda na semana passada foi defendido um doutorado em história, na UFRJ, de uma historiadora que ao mesmo tempo é professora na área de teatro e com formação em história, e ela estudou uma companhia teatral do século XX. Ela chama-se Tânia Brandão e estudou a

companhia Maria Della Costa, de 1948 até 1974, atravessando dois momentos muito ricos da história brasileira: o pós-1964 muito duro e o muito rico, do ponto de vista da criação, da inventiva, dos ideais de construir uma sociedade mais justa, mais livre. E uma época em que o país também queria se construir, e havia um imaginário de construção nacional muito forte.

Em alguns momentos, ela utilizou documentos que há vinte anos nós acharíamos estranhíssimo alguém usar em uma tese de doutoramento em história. Ela usou, por exemplo, os álbuns organizados por uma fã da Maria Della Costa, que tinha colocado ali recortes de jornais e revistas, programas de teatro, autógrafos, e até uma guimba de cigarro da Maria Della Costa estava guardada lá. Esse tipo de documento e de registro da memória da trajetória de uma vida, de uma experiência artística, ao ser tomado pelo historiador, naturalmente não pode ser lido da mesma forma que ele leria uma ata de uma assembléia, ou os processos de um tribunal. Mas até que ponto os processos crimes são o retrato da história real acontecida? Quem trabalhou com os processos da Inquisição, ou com as devassas das inconfidências, ou com qualquer outro tipo de documento produzido em situação de terror, de medo e de intimidação por parte dos depoentes sabe que a construção feita tanto pelos acusadores, pelo denunciadores, como pelos que depõem sob pressão tem mil e um mecanismos de escapar da realidade efetiva.

Hoje conversávamos há pouco sobre o lugar do tema da Inconfidência. Mas hoje uma das melhores formas de olhar para a sociedade do antigo regime, para a sociedade colonial, é exatamente através dos processos construídos nas devassas e nos processos da Inquisição, ou nas possibilidades de consciência política e social dos homens do século XVIII. São frestas, ou portas que vão se abrindo para a intimidade da vida de pessoas que efetivamente existiram, sofreram, foram submetidas a um universo de valores, a um universo legal, e que não foram personagens de ficção, foram seres que realmente existiram, mas cuja existência pode ter sido "ficcionalizada" pelos delatores.

Nós sabemos que, na Inquisição, inventava-se o judeu, o transgressor, como na repressão ao comunismo internacional, em vários momentos, inventou-se o comunista. O macartismo no Estados Unidos é o maior exemplo disso. Em situações específicas de restrições à liberdade política, é muito freqüente que se invente, para eliminar muitas vezes o adversário, o competidor, figuras que são facilmente assimiláveis pelo Estado repressivo, mas que não eram exatamente da forma como são pintadas no processo de repressão.

O mesmo acontece com os processos policiais do nazismo, que hoje estão sendo objeto de estudo, e também os processos e a documentação policial dos Estados socialistas autoritários. Hoje, a polícia da Alemanha Oriental apresenta uma documentação que é muito parecida com a documentação de um Chile de Pinochet, do Brasil do general Médici, com a idéia de buscar e construir o inimigo interno. Essas fontes da história contemporânea, que são ainda muito próximas de nós e que são problemáticas, porque lidam com pessoas que ainda estão vivas, ficariam onde? Não poderiam ser também documentos de ficção? Uma página de um escritor como Machado de Assis? Lembro-me agora de *Esau e Jacó* e da descrição do baile da Ilha Fiscal. Pode ser tão ficção como as muitas páginas que um Pedro Calmon escreveu ao longo da vida. Portanto, há uma historiografia que pode ficar sensível à memória. Há uma historiografia que pode trabalhar com a memória conscientemente.

Mas nós poderíamos dizer que muitos dos livros de história são, na verdade, mais construções de memória, ou livros ditados pela memória do exercício do poder nas mais diversas épocas e situações, do que propriamente história. Se nós aplicássemos o que Nora está dizendo, o que é a ação do historiador, essa operação laicizante do passado, que tira o passado do altar e o submete à análise crítica. Portanto, dessacraliza-o, desmitifica-o também. Essa ação, ela nem sempre é feita pela história. E aí não é apenas a memória do exercício do poder, ou a memória da dominação que imprime essas relações da produção historiográfica com o passado.

A memória dos dominados pode caminhar no mesmo sentido. Há muitos anos o Cornelius Castoriadis fez uma crítica, que foi muito polêmica, da experiência do movimento operário e da sua história. Ele destacava apenas a obra do Thompson, do historiador inglês, sobre a formação da classe operária na Inglaterra, como um trabalho de rigorosa análise histórica e crítica. Ele dizia que boa parte, senão toda a produção da militância dos movimentos de esquerda e do movimento operário é hagiografia, história de santo. Portanto, a operação, muitas vezes, foi a mesma de pôr no altar, de sacralizar a história do dominado, da mesma forma como a história dos dominadores foi feita por uma história aristocratizante, uma história entusiasmada com as conquistas burguesas.

Essa operação com o passado não coloca ninguém do lado do certo e do errado, dos bons e dos maus da história. Porque esse mecanismo pode apreender a todos nós. E também a pergunta é: quem é que estará salvo totalmente dessa relação que é mágica e que é afetiva com o passado? O historiador pode em algum momento falar de forma desvinculada em relação ao seu objeto? Há um ponto de total neutralidade? Obviamente

que há historiadores que são diretamente engajados, que estudam os temas que estão diretamente envolvidos com sua experiência existencial, sua origem, sua trajetória. Mas podemos pensar que isso pode atingir não apenas a esses historiadores: mulheres que só estudam mulheres, homossexuais que só estudam homossexualidade, judeus que só estudam judeus, negros que só estudam os negros.

Independentemente disso, nós estaremos sempre lidando... Eu uso muito um comentário do **[Georges Gusdorff]**, que é um historiador da ciência também, quando ele diz que em outras áreas do conhecimento é muito fácil separar o sujeito do objeto. Mas no caso das ciências dos homens, o exame nunca é frio e distanciado. Ele diz: "É impossível que o exame de um dado não se transforme também em um exame de consciência". Então, é essa relação da consciência do pesquisador e do historiador com o passado.

Vi que vocês vão ter mais adiante, no ciclo de debates, uma experiência específica com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), com a Lucia Lippi, que vai falar da metodologia de trabalho específica na construção das fontes orais e no tratamento dessas fontes. À primeira vista alguém pode olhar para o CPDOC e dizer que ele é uma instituição marcada. E é. Ela é definida pelo fato de ser uma instituição inserida em outra que já tem um nome que a define: Fundação Getúlio Vargas. O arquivo originário já nascia marcado pela documentação do presidente. E também porque as fontes documentais estão restritas a um universo da sociedade. É exatamente isso que eu chamo de memória do exercício do poder. A análise histórica, no sentido mais amplo, precisa de muito mais. O que não quer dizer que esse trabalho e essas fontes não sejam fundamentais. O que elas não dão é o outro lado da história, porque é a história apreendida aí, dentro do universo de memória de um setor da sociedade.

Por que todo mundo gosta de ler viajantes ? Os pesquisadores encantam-se com os viajantes estrangeiros? Porque nos viajantes estrangeiros encontramos observações de estranhamento em relação à sociedade local, que nas fontes oficiais, que estão nos arquivos públicos, os documentos produzidos pela administração pública, geralmente não estão presentes. Há observações que um estrangeiro pode fazer sobre uma sociedade que muitas vezes vão ser trabalhadas, muitos anos depois, pelos sociólogos, antropólogos, na compreensão daquela sociedade, exatamente por essa situação de estranhamento. Por isso eles parecem uma fonte tão viva.

Há pouco tempo eu lia a correspondência da Elizabeth Bishop, que viveu no Brasil muitos anos, e teve uma relação amorosa com uma pessoa da alta sociedade do Rio de

Janeiro. E nas cartas ela dizia: "Tem coisas que eu não posso conversar com os brasileiros, porque por mais que eles sejam inteligentes, não observam criticamente sua própria situação". Então, num momento, ela diz: "Aqui é muito curioso, porque não tem classe média nesse país". Ela dizia isso em 1953. E dizia mais: "E é escandaloso como aqui a classe dominante se confunde com o meio intelectual e com o meio artístico. Não há competição entre eles, porque já nascem com as carreiras definidas." Isso em 1953. Ela puxa ali, na verdade, a ponta para um dado sociológico do país em 1953, que é perfeito.

A pessoa com quem ela vivia era a Lota Macedo Soares, e ela dizia: "A Lota, outro dia, estava comentando que um juvenzinho que trabalha com o Fulano de Tal tem um nome muito antigo e ilustre." E faz o comentário: "É impressionante como, aqui, mais do que no meu país, o passado está presente de uma forma muito forte. Por que o nome como sinal de identificação, mesmo de uma pessoa pobre que estava trabalhando com alguém?"

As possibilidades de olhar para uma sociedade e de estabelecer uma hierarquia entre fontes são múltiplas, mas as traições do campo da memória são muitas. Algumas especialmente ricas para os historiadores, e outras especialmente enganosas. As pessoas que muitas vezes trabalham com arquivo, com documentação, com museu, com patrimônio, adotaram uma expressão que causa sempre horror aos historiadores, que é "resgate". Resgate é a idéia de que você está fazendo com o passado um trabalho de resgate. Resgate de memória, então, para um historiador, é uma coisa estranhíssima. Porque na verdade não há resgate, há construção. E quem constrói a memória, constrói uma memória edificante, em geral.

Lembro-me quando surgiram os primeiros livros com os depoimentos de torturadores e de gente que esteve envolvida no golpe e depois com a repressão. Em um primeiro momento, eu disse: isso não tem interesse, porque o que interessa na verdade é encontrar a ação histórica efetiva deles. Mas a experiência humana é tão curiosa que quando fui ler esses depoimentos, de fato, no universo de contradições inerente à experiência humana, essas pessoas acabavam revelando dados curiosos, dados novos, e davam a ver também a sua dimensão humana, que o carrasco, o torturador também tem, é parte da humanidade. É aquela célebre frase: "A barbárie tem o rosto humano". Então, essa outra dimensão, ele aparece aí, como parte constitutiva de um processo histórico determinado.

Não sei se essa reflexão que encaminhei aqui, primeiro partindo de Nora, com essa distinção, e citando alguns desses exemplos, é útil para o trabalho de memória na história da ciência. Há experiências, não só com a lembrança, mas com a questão do esquecimento: por exemplo, nessa publicação *Políticas do Esquecimento*. Há um texto de um historiador preocupado com a questão da história da ciência, chamado Jean-Marc Lévi-Leblond, que trata da história da ciência ou da ciência como um saber sem memória. E coloca o problema de que, para o conhecimento científico, é preciso esquecer os erros, as experimentações que não deram certo, porque seria preciso construir um conhecimento a partir dos novos pontos de chegada. Esse não é o meu território, eu não vou entrar por aí.

Apenas sugeriria essa discussão, porque ela parte exatamente da afirmação: "A ciência afirma dizer a verdade do mundo". E então ele diz: "Aceitemos aqui esta pretensão. Mas podemos aceitá-la sem examinar os seus limites e os interesses a que ela serve?" E ele constrói aí a problematização do lugar do esquecimento na história do conhecimento científico, que é o outro lado da memória. Para toda a experiência humana, a memória se faz com o esquecimento. Ela é recortada nisso que Nora vai chamar de dialética entre memória e esquecimento.

Mas de uma certa forma, a história, por mais totalizante que ela seja, faz opções, faz recortes para olhar a experiência humana. Ver a experiência humana como um todo, acho que é atributo que talvez só pertença a Deus – se ele existir! Porque se ele não existe, aí complica ainda muito mais essa pretensão: o lugar de onde é possível perceber toda a experiência humana e integralizá-la numa compreensão única. O grande desafio da análise desse historiador judaico é exatamente que ele trabalha com a relação entre a experiência histórica dos judeus, o texto bíblico, e a história, a necessidade da história na experiência da memória judaica.

O que fica hoje para nós como pergunta é sobre a necessidade da memória para pensarmos a história. Aí é um outro ponto que eu gostaria de rapidamente tocar. Precisamos da memória hoje? Eu escrevi um texto no ano passado, que saiu nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, sobre a relação entre memória e cidadania. O texto chama-se *Memória cidadã: história e patrimônio cultural*, e eu tentei localizar, a partir da Revolução Francesa, como a noção de memória cidadã vai sendo construída.

Aí são duas operações: de um lado, a história que quer construir o cidadão, ou uma história que nasce para a construção da cidadania, e cidadania nacional – a história do século XIX tem essa marca, esse comprometimento. E, ao mesmo tempo, os lugares

de memória que vão sendo produzidos a partir daí e que vão receber a denominação de bens do patrimônio histórico, do patrimônio artístico, e que serão lugares de construção da memória, mas que são também monumentos a serem preservados, e que são monumento que são dos tipos os mais diversos.

Rastreei um pouco essa história, a partir da experiência da Revolução Francesa, que vive a contradição de inventar um mundo novo e destruir o mundo antigo. Mas toda essa discussão vai nos remeter para uma outra dimensão que é essencial na experiência humana, que é a dimensão simbólica. Se o homem pudesse prescindir da construção simbólica para o seu entendimento, seja pela via da poesia, seja pela via da ciência, essa discussão do lugar da memória perderia o sentido. Mas ninguém vai jamais poder dizer quando os homens deverão parar de construir símbolos de identificação e construir referências simbólicas que expliquem a sua inserção no universo, claramente do ponto de vista da dimensão religiosa.

Nós temos as experiências do século XX, em que se tentou acabar com a experiência religiosa por decreto. E isso na experiência humana não se resolve pela imposição do Estado. Então, nesse sentido, os lugares de memória que são tão caros a Pierre Nora. Eles se constituem em matéria-prima essencial para o trabalho histórico. Isso se o imaginário produzido pelos homens não for tomado como mera falsificação da realidade, porque aí a história ficaria muito facilmente resolvida.

Obviamente os monumentos têm um discurso com comprometimento de quem os construiu. Mas para compreender os homens é preciso ler os seus discursos impressos nos monumentos, numa cidade – uma cidade é um lugar de memória –, na arquitetura, nas ruas, nos espaços públicos. Essa construção humana leva-nos à dimensão do imaginário e à construção simbólica permanente do homem. Isso, nos cursos de história, infelizmente é uma referência recente. O nosso entendimento da história estava ainda muito aprisionado antes dessas aberturas temáticas e antes da história virar objeto da reflexão da própria história.

Com a historiografia aparecendo como um campo de pesquisa, que exige uma base e uma discussão epistemológicas o tempo todo, um diálogo com as outras áreas do conhecimento o tempo todo, que exige uma discussão do estatuto, não só dos conceitos usados pelos historiadores, mas dos temas construídos pelos historiadores. O que exatamente tira um pouco o tapete debaixo dos nossos pés é alguém dizer: bem, mas essa data, ou esse fato tem legitimidade? Ou: ele não pode ser desmontado? Na verdade, não há tema que não possa ser revisto, não possa ser desmontado, e isso cria

inseguranças. Leva os meus colegas mais conservadores a dizer: efetivamente no dia tal, Fulano de Tal entrou e fez tal. Ao dizer isso, ele já está dizendo a partir de uma construção.

Nos anos 70, alguns colegas de São Paulo inovaram muito questionando. Pode ser que hoje olhemos para isso e digamos: de fato, a Revolução de 30 foi um marco fundamental. Mas, nos anos 70, Carlos Alberto **[Bizantini]** e Edgar **[Dedait]** pegaram a Revolução de 30 e começaram a estudar as outras alternativas de projetos políticos anteriores, e começaram a ler 30 não como a revolução, mas como aquilo que eles cunharam de "a revolução do vencedor", e, portanto, onde a história teria sido construída a partir da memória do exercício do poder e da memória dos vencedores. E começam a examinar a experiência do movimento operário, por exemplo, da década de 1920, e a pegar o que estava em discussão em 1928 e 1929. E começam a dizer: "Por que não pensar essa história com outro tipo de marco, ou com outro tipo de demarcação?" Eles levantavam justamente a possibilidade de que a história não fosse necessariamente periodizada por esses marcos do exercício da dominação.

Obviamente alguém pode dizer: bem, pode fazer isso? Mas o marco institucional acabou existindo como construção, e ele passa a ser dado de referência. Mas o importante aí era implicar com o objeto consolidado. Era exatamente colocar em dúvida a legitimidade desse objeto. Por exemplo, o 15 de novembro de 1889 só tem importância pelo que veio depois, mas não pelo ato em si. Toda a carga simbólica foi construída depois, nas representações que se fizeram em torno disso, nos relatos, na importância. O proclamador da República não compareceu nem ao ato de posse do governo provisório. Se alguém quiser examinar isso no Arquivo da Cidade, está na ata de posse do governo provisório diante da Câmara Municipal. Não está assinada por todo o governo, porque o próprio chefe do governo não podia estar, por razões de saúde, presente naquela seção.

Então, o que vale, aí, não é o documento rigoroso, mas a construção que os republicanos fizeram desse momento. E isso virou história, a partir de uma construção de memória, a partir de uma construção simbólica. O que, naturalmente, coloca a possibilidade de todos os temas serem revistos por essa via, o que se apagou. Temos a experiência no século XX, com coleções de documentos, fotografias e jornais sendo alteradas. Na União Soviética se fez isso. Figuras da história da revolução foram extraídas das fotografias, apagadas dos documentos. Isso no tempo em que não havia computador para fazer todas essas coisas.

Nós ainda vivemos, e eu sempre chamo atenção para isso, “superstições positivistas”. Elas são muito vivas e muito comprometedoras do trabalho científico na história, hoje. Infelizmente, um historiador que eu admiro muito, que é Eric Hobsbawn, vai dar munição para aqueles que são muitas vezes acusados, com justiça, de positivistas. Na introdução dessa coletânea de ensaios sobre história, editado pela Companhia das Letras, ele critica a crítica do rótulo positivista que é jogado muitas vezes por um marxismo vulgar, para essas divisões da história, o que é muito mais complicado. Quando ele coloca isso, parece que é quase uma renovação de uma crença, uma atitude purista etc.

O problema é que o grande historiador marxista Eric Hobsbawn só nos chega, hoje, até como pessoa, através daquilo que nós temos de pior naquilo que ele condena. Ele chegou aos intelectuais do Rio de Janeiro no lançamento do livro sobre o século XX, no auditório de *O Globo*. Então, a história é muito mais complicada, porque, para nós, a dimensão simbólica de alguém que lutou pela libertação humana e que vem falar dentro do que há de mais comprometido com o sistema de exploração do homem...

Podíamos ficar aqui fazendo toda essa catilinária a respeito do tema. Mas é algo para ser pensado. De que forma, ele também faz parte, hoje, de um mercado absorvido de tal forma que ele não é mais perigo para ninguém. E pode ser parte dessa boa sociedade que meteu na cadeia todos os seus companheiros de ideologia no passado. Ele tem textos magníficos nesse livro, os textos sobre a história do Manifesto Comunista são excelentes. Há uma introdução a uma das edições novas do Manifesto que é uma maravilha de localização histórica da coisa. **[inaudível]**

[...] todos aqueles que acham estranhíssimo que se diga que o historiador nunca lida com um documento do passado pura e simplesmente como um dado. Não há um único documento histórico, como já dizia o velho Cassirer, que não seja, antes de ser documento histórico, e, portanto possibilidade de análise de um fato, um símbolo, um dado simbólico. Esse medo de reconhecer que, na experiência humana nada nos chega como coisa, e sim como construção imaginada – e que portanto a pedra que está na porta igreja não é puramente pedra, o que a torna documento histórico, que é o que há da construção humana, da imaginação humana impresso nela, porque por ser pedra ela não constituiria em um documento. Então, essa dificuldade de lidar com o objeto da história, ou com as fontes da história, é que faz com que fiquemos muitas vezes nos perguntando onde estão as fronteiras do ficcional, o que não significa cairmos no mundo de total, digamos, falta de critério.

Porque a história é um conhecimento que deve ser submetido não à lógica matemática, mas àquilo que José Américo Motta Peçanha dizia, uma "quase lógica", quando ele dizia: "Ela é na verdade uma ciência dialógica, onde ninguém convence pela prova definitiva, e sim pela argumentação". Não há o documento inquestionável, há o discurso possível, argumentativo sobre esse documento. E a partir daí é que os parâmetros surgem. Não é o lugar da construção absolutamente livre e sem parâmetros, mas é, como em qualquer ciência, um lugar de construção provisória, de alguma coisa que passa por essa experimentação do diálogo, pela argumentação.

Daí porque que a retórica do historiador é tão importante na construção do seu trabalho. Há um epistemólogo que trabalhou na Bélgica muito anos, o [Chaim Terrelman], que é fundamental nessa discussão, porque ele elaborou uma teoria da argumentação, um tratado da argumentação, e fez também um tratado da retórica discutindo o discurso dos juristas, o discurso do direito e o discurso dos historiadores, e fazendo as aproximações.

José Américo Motta Peçanha trabalhou com isso muito bem, várias vezes, quando ele dizia: "Na verdade, nós, das humanidades, trabalhamos o tempo todo pesando, colocando na balança, fazendo opções, escolhendo". Portanto, a nossa neutralidade axiológica completa é impossível, porque o cientista desse campo vai estar o tempo todo fazendo opções. E essas opções se fazem por uma lógica argumentativa, e se fazem também com uma ética e com determinadas heranças, determinadas tradições no campo da razão.

A história não está vivendo pelo fato de se abrir para o simbólico, para o imaginário, para o território da memória, que é exatamente esse mundo fluido. Ela não está em nenhum momento abrindo mão das suas tradições no campo da razão. Não sei se essa discussão teve utilidade, ou se ficou vaga demais em alguns momentos.

DEBATE

Alfredo Tomasquin: – Diante dessa perspectiva da diversidade, de possibilidades de fontes documentais para a história, como fica o trabalho dos centros de preservação? Ou seja, diante de uma grande diversidade de fontes documentais, você tem que selecionar aqueles que merecem e aqueles documentos que não merecem ser preservados. Então,

como é possível ter critério, sair de uma situação completamente randômica, aleatória, e ter uma criação dentro dessa concepção de diversidade ?

Afonso Marques: – Há critérios até internacionais, hoje, no campo da arquivologia, que recomendam que as comissões de avaliação de documentos sejam comissões interdisciplinares. Quer dizer, que não se trabalhe unicamente com a racionalidade do administrador público que vai em um determinado momento estabelecer tabelas. Ele não estabelece mais essas tabelas sozinho. Então, nesse sentido, a preservação fica mais resguardada se forem vários os olhares a estabelecer uma tabela.

Os arquivistas trabalham com as três idades: com a documentação corrente, a intermediária e a permanente. Então, há um tempo de guarda de toda a documentação produzida por algum organismo humano, e depois, então, é que as comissões retornam, ou são constituídas para esse trabalho. É complicado isso para a experiência humana, porque se cria cada vez mais papel, e a informática não substitui a existência do suporte papel. Então, isso coloca problemas enormes. Isso cabe ao bom senso de cada época, de cada geração, também, saber que alguns documentos podem não ter sentido para serem guardados em grande escala, no momento. Mas podem vir a ter esse sentido no futuro. Aí a avaliação passa pelo tipo de dado que o documento fornece.

Por exemplo, a fotografia. Ninguém mais vai descartar imagem alguma. Todo tipo de imagem produzida não se descarta. O problema é a documentação administrativa. Para essa, deve-se estabelecer o que guardar, muitas vezes um original e uma cópia. Mas essa é uma discussão que tem campo técnico da arquivologia em todo o mundo, que está discutindo e revendo. Entre nós essa situação é muito complicada, porque nem sempre as pessoas têm a possibilidade de garantir a guarda.

Alfredo Tomasquin: – Eu estava pensando num nível mais amplo. Por que guardar uma determinada documentação que, a princípio, não tem valor? Mas o historiador pode encontrar nessa documentação um valor histórico, como no caso de um fã-clube. Como um centro pretende preservar, quais são os critérios? Por que um diário de um fã-clube deve ser preservado ou não deve ser preservado ?

Afonso Marques: – Para a memória do teatro é rico, não é ?

Pergunta: – Acho que vai depender muito da instituição que você está trabalhando. No caso, o diário foi guardado, me parece, por uma pessoa. Estamos dentro de uma instituição, e quando pensamos nessa coisa de preservação, principalmente em instituição pública, acho que aí é que complica. Quando se toma o exemplo do diário, acho que não é tão marcante se vai ser preservado ou não, é uma coisa muito mais pessoal.

Afonso Marques: – O ideal, para os historiadores, era que tudo tivesse sido preservado. Esse é o inferno da discussão muitas vezes entre o arquivista e historiadores em um arquivo, é exatamente essa coisa. Os arquivistas querem critérios mais técnicos, ou mais objetivos, e que se reduza a massa documental. E o historiador fica sempre na dúvida. Mas será? Até porque, no Brasil, temos problemas sérios na museologia, na arquivologia e na biblioteconomia. Aqui, esses cursos viraram cursos de graduação, coisa que não são em outros grandes centros no mundo. São cursos feitos no plano da pós-graduação, em que a pessoa já vai formada em administração, ou formada em direito, ou história e faz uma especialização naquele campo, ou trabalha nos museus, como conservadores, ou como restauradores. E entre nós não há isso.

O que acontece é que alguém com uma formação muito geral pode virar uma espécie de Deus decidindo sobre coisas que a pessoa não tem cultura para saber até onde vai. Por exemplo: como que alguém que não tem formação científica pode definir o valor de uma documentação científica? É complicado. Muitas vezes um cientista com uma visão tradicional tem uma visão, um outro tem outra visão. Então essas coisas precisam ser feitas de forma plural, com vários olhares. Obviamente que um vai freando um pouco o outro, porque, pelo historiador, guardava-se tudo.

Pergunta: – Dentro dessa ótica, como você vê guardar a informação ou guardar o documento, o original ou a informação? Isso tem importância para o historiador ?

Afonso Marques: – Tem, porque ninguém pode garantir que esse tipo de suporte não vá desaparecer. Se ele não é guardado... É lógico que papel é sempre um problema.

Pergunta: – Não é isso. Você fala que é importante para o historiador que se guarde tudo. Mas que se guarde tudo em termos de informação, ou que guarde tudo em termos

de objeto? Você guardar a informação do tudo, compacta, em um suporte, ou guardar aquele todo, ou o que você considera a nata da documentação?

Afonso Marques: – Aí eu não sei. Nós estamos falando de forma muito abstrata. Mas digamos que, ao passar os dados de uma série documental para um outro tipo de suporte, tudo pode acontecer também. O mesmo acontece com a transcrição. Sempre haverá esse tipo de dúvida. Agora, as possibilidades de trabalho histórico são tantas, que as fontes, as mais incríveis, que ninguém podia imaginar que tivessem sentido, podem ter sentido no trabalho histórico, porque os temas também podem ser outros. Há coisas que hoje nós não consideramos como matéria de interesse imediato e que podem vir a interessar. Aí é um exercício de futurologia, de por onde que se vai.

Pergunta: – Acho que o mais interessante na questão era determinar o problema.

Afonso Marques: – Do ponto de vista do historiador, é a peça chave. Agora, o processo de construção dos problemas muda no tempo.

Pergunta: – Acho também que o historiador não pode trabalhar sozinho. Nesse trabalho entra muita sociologia. Eu mesma já fiquei muito atrapalhada sem saber o que era história e o que era antropologia.

Afonso Marques: – A professora coloca a questão das fronteiras, não é? Elas estão todas em crise há muito tempo. Onde é que termina, na hora em que um historiador está usando fontes literárias, onde termina o limite entre ele e o historiador da cultura, o historiador da literatura?

Pergunta: – Essa discussão que o Alfredo levantou sobre quando preservar e o que preservar lembrou-me uma questão que você coloca em seu artigo, que saiu nos *Anais* da história, sobre as intenções de preservação, que são objetos de pesquisa. Se você puder falar um pouquinho sobre isso...

Afonso Marques: – As intenções na preservação...

Pergunta: – Essa questão. A delimitação de como selecionar, o que guardar...

64

Afonso Marques: – Ela está citando o caso do artigo dos Anais. Eu tenho uma preocupação ali de pensar a raiz do patrimônio, onde é que está, o que o patrimônio quis recortar e quis preservar, e que mudou no tempo, por que mudou a consciência sobre o passado e mudaram os valores no tratamento do passado. O que hoje ainda questiono é se não é mais necessário o recorte nacional. Se nós não ainda continuamos construindo a cidadania por aí, ou essa ação de preservação da memória identificada à cidadania vai por aí. E eu coloco em questão outra coisa: o que é que a gente quer fazer com isso? Para onde se vai caminhar?

Porque a humanidade está num momento muito perigoso. Ao mesmo tempo que se fala tanto contra a globalização, a globalização me assusta menos do que o crescimento do fascismo e o crescimento das particularidades locais e regionais. Então, de um lado, temos medo de um monstro enorme que parece que vai abranger a todos, mas que no fundo é contraditório, porque o fim das fronteiras era um ideal dos socialistas libertários, que a humanidade não tivesse fronteira, porque a fronteira era uma construção do exercício do poder que, na verdade, mascarava os processos de dominação. Hoje nós vivemos uma situação muito engraçada quando, por exemplo, socialistas defendem o nacionalismo. São duas situações que têm tradições completamente diferentes, porque o casamento do socialismo com o nacionalismo acaba dando, pela experiência histórica da humanidade, a gente já sabe em quê: o Estado unificador, que resulta nas experiências terríveis que tivemos aí no último século.

Acho que tem uma questão que é: o que nós queremos construir ? É o cidadão nacional? Ou é trabalhar no sentido da humanidade ? O século XX é muito rico nessas discussões. Os historiadores entraram no século XX racistas, etnocêntricos, preconceituosos, xenófobos. Ao longo do século é que eles vão se quebrando, relativizando, e muito em função do crescimento das ciências sociais, e, naturalmente, das transformações duras da história. Mas o avanço da antropologia foi fundamental para os historiadores olharem para as culturas humanas de forma múltipla.

Agora, ao mesmo tempo, a história é perversa nesse encaminhamento. Nós vivemos um momento em que o racismo vale-se do multiculturalismo para justificar a defesa da identidade da particularidade étnica do grupo nacional. Um discurso que foi construído para libertar, acaba sendo "recuperado". O sujeito diz: eu não sou contra árabes e africanos, mas eu tenho direito a ter minha especificidade cultural, portanto, no meu território, no meu bairro, na minha cidade, onde não se deve ter a presença dessas

52

peessoas, porque suas práticas culturais me agridem. Então, eu tenho direito à minha existência cultural dessa forma.

Parece que a humanidade retorna a situações tribais. Cada tribo passar a ter seu direito e sua legitimidade. E nós construímos coisas complicadíssimas, porque toda a crítica ao Ocidente como instrumento de dominação hoje é muito complicada, porque devemos hoje começar a dizer: "Foi no ocidente que esses ideais de liberdade, tais como nós conhecemos, foram construídos". Não foi nas tribos africanas, não foi na Ásia. Então, isso coloca problemas, porque onde é que está o discurso politicamente correto no trato dessas questões?

Eu comentava agora há pouco o que nós somos? Uma espécie de Extremo Ocidente, na expressão do **[Alain Rouquier]**, um sociólogo francês que olha a América Latina e diz: é o Extremo Ocidente. Mas se começarmos a discutir a particularidade do gaúcho, a particularidade do maranhense, do pernambucano, da comunidade negra nacional, a preservação da cultura indígena, há dimensões legítimas em tudo isso, em que cada um tem sua identidade, sua construção de memória, a construção do seu imaginário, a preservação do seu imaginário. Agora, quando isso serve para estabelecer: "Bem, aqui você só passa com um passaporte. Aqui está a fronteira estabelecida. Aqui você não entra", a coisa começa a complicar. Porque aí já começam a dizer: o sul é o meu país. A discussão passa muito por aí.

E há uma outra discussão, que na verdade é: as intenções que geram a preservação, e aí vamos mexer na natureza das instituições, na consciência que se tenha dos valores a serem preservados, que mereçam se transformar em documentos, que mereçam se transformar em base da memória. Eu acho que essa discussão avança à proporção que as coisas sejam discutidas publicamente. Eu ainda acredito muito naqueles valores de fazer em público, de discutir coletivamente, de ampliar o leque de discussão.

Num seminário que houve no Museu Histórico, no ano passado, critiquei muito o Museu Federal Brasileiro pelo tipo de leitura de história que tinha feito, exatamente em uma exposição permanente. Acho que todas as leituras são legítimas e possíveis de serem feitas. Obviamente que preservada uma ética em relação à humanidade, porque se alguém for fazer uma exposição para justificar o nazismo, acho que fica muito complicado.

Considerar que somos tão pluralistas que é possível justificar a tortura na ditadura militar... É possível justificar a tortura em qualquer situação da experiência histórica humana. Mas, por outro lado, há coisas que são espaços públicos, e, portanto, deve-se

ter cuidado no trato da documentação, do que vai ser mostrado... Não dá para pegar e dizer: todas as igrejas barrocas são exemplos de uma forma terrível de dominação que existiu no passado colonial. Portanto, vamos transformá-las em lugares de purgação desses pecados, ou alguma coisa assim. Isso aconteceu com o último andar do Palácio do Catete, que virou uma instalação de uma

[...] uma montagem provisória de uma leitura, que pudesse ser sucedida de outras leituras até contrárias, radicalmente opostas àquela. Mas transformar o circuito oficial permanente num coisa dessas é complicado. Isso não significa defender valores tradicionais.

Uma das coisas que me scandalizou foi ver todas as bengalas de todas as figuras da República colocadas em uma parede, com uma frase: "Dizem que a velhice traz sabedoria. Mas elas traz bengalas." Aí, você transporta para dentro da instituição pública um humor de *Casseta & Planeta*, que é um humor fascista, um humor sem compromisso. Eles podem fazer humor de um monte de coisas, e muitas vezes são machistas, etnocêntricos etc. Mas isso pode ser passado com uma tal leveza que parece estar bem fazer dessa forma. Mas em um espaço público, fica muito complicado.

Se isso fosse fruto de uma radical experiência revolucionária, em que as cabeças tivesse sido cortadas, muito bem. Um momento de luta social, em que as coisas acontecem, algo que não foi friamente pensado e pago pelos cofres públicos, mas um momento de explosão. Mas onde aquilo está sendo patrocinado pelo público, a noção de público deveria equilibrar mais a leitura das fontes. Não é fazer altar. Mas também não adianta desfigurar para explicar.

Você vai fazer uma discussão em um determinado museu sobre a simbólica do poder do Império, digamos. Não se pode falar da simbólica do poder sem ficar dizendo: "Olha, o Império era escravista, olha, tinha escravos etc."? Obviamente deve-se ter um lugar para trabalhar com isso, e deve haver um lugar específico em que seja possível compreender que aquela simbólica corresponde a uma tradição, que vem de um determinado lugar. Senão o documento não vai ser lido, e ele mesmo, como documento, sendo mostrado, perde a sua força.

Lembro-me de que, nessa exposição, todas as referências da classe dominante são colocadas atrás dos tapumes. Então, o mobiliário que estava nesse andar vai todo para atrás de umas placas, e você as vê através de um visor. O papa Pio XII, quando cardeal, Giovanni Pacciali, passou pelo Rio de Janeiro e hospedou-se no Palácio do Catete. Existia uma sala com a cama usada por ele. O local de visitação era aquilo, tinha

uma placa dizendo: "Nesta sala o futuro papa Pio XII dormiu etc." Sob essa leitura apressada, diz-se assim: "Essa é uma referência a esse processo de dominação tradicional e tal".

Eles colocaram elementos de culto afro-brasileiro dentro dessa sala, puseram tapume, e a placa fica em um canto, para ser lida através do vidro. Se acharam que isso era uma coisa muito inteligente, quando posta em discussão, é um negócio complicado. Há questões históricas muito ricas e interessantíssimas no fato de um cardeal que tinha um cargo na diplomacia do Vaticano, quando chega ao Brasil, não ter ido para a Nunciatura Apostólica, mas para o palácio do presidente da República. Há um fato político e cultural acontecendo ali que podia ter sido explorado, e que é muito mais rico e interessante do que começar com o processo de condenação. A sociedade brasileira continua tendo suas representações religiosas, simbólicas e tal. Ali, naquele quarto, não nos interessa fazer a condenação. Isso fazemos nas nossas teses, nos nossos livros, nos nossos artigos.

Mas também não quero pensar nisso sozinho. Estou colocando essas coisas para serem discutidas, porque também não é justo que na instituição de cultura no Brasil as coisas continuem segundo aqueles velhos critérios.

O que Elizabeth Bishop criticou da vinculação entre classe dominante e mundo cultural permanece para esses casos. Não é a competência técnica que está defendida ali, a própria equipe de museólogos provavelmente não participou daquilo.

Pergunta: – [...] museóloga e funcionários da instituição tiveram o trabalho de montar.

Afonso Marques: – Isso teve um custo. Nós estamos vivendo um tempo de muitas imposturas na área cultural. Não é de hoje. Essa confusão entre o que é mercado, o que é instituição pública, as instituições permanentes, por exemplo. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, estamos com o Arquivo da Cidade praticamente sem funcionários, e é onde está a documentação mais importante da cidade, para a história urbanística do Rio de Janeiro. A documentação, pelo menos a que sobrou do período colonial, a que vem do final do século XVIII, ela é muito rica, no século XIX, no século XX. E esse não é um problema só da administração, mas atravessa as administrações. Não se fazem concursos para arquivistas, bibliotecários, conservadores, restauradores. E era preciso ter.

Agora vai ficando cada vez mais difícil sustentar essas instituições, porque com o preconceito que se tem de criar quadros no serviço público... É preciso saber se os contratos provisórios vão criar um quadro responsável de pessoas. Estamos vivendo um momento muito complicado. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) vive isso, as instituições de memória todas vivem isso.

É preciso ter pessoal efetivo trabalhando na guarda dessa documentação, no trato dessa documentação. E as interdições são imensas para isso. Não que não haja razões. No caso da universidade, acho que há muita razão. Estamos cheios de funcionários com pouca produtividade. Há um dado que saiu outro dia na *Folha de São Paulo* e que não dá para negar: crescemos em quadro docente e crescemos em quadro de funcionários, mas não ampliamos as vagas, não criamos cursos novos que justifiquem tanto aumento de pessoal. Esse é um negócio sério e a sociedade precisa saber disso também. Digo isso como professor que está vivendo toda a crise dos baixos salários. Mas também não dá para dizer que não temos esse outro lado. Enquanto temos uma instituição ultra-inchada, e que está sofrendo por isso, as instituições de memória também têm problemas. O IPHAN e todo esse quadro de museus e arquivos não foram constituídos com a montagem de equipes.

Aqueles valores criados pelo Dasp foram para a lata do lixo. Mas já se sabia que isso ia acontecer. Acabar com a "era Vargas" significava acabar com todos esses critérios. Talvez eles tivessem de ser transformados, mesmo, radicalmente transformados.